



Ministério da Educação
Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares
Centro de Formação Continuada de Professores
Secretaria de Educação do Distrito Federal
Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação
Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica

**AVALIAÇÃO DAS APRENDIZAGENS:
ENTRE A FORMAL E A INFORMAL**

SOLANGE AMORIM OZÓRIO MELO

Professora-Orientadora Dr^a. Edileuza Fernandes da Silva
Professora Monitora-Orientadora Mestre Enilvia Rocha Morato Soares

Brasília (DF), 18 de Maio de 2013.

SOLANGE AMORIM OZÓRIO MELO

**AVALIAÇÃO DAS APRENDIZAGENS:
ENTRE A FORMAL E A INFORMAL**

Monografia apresentada para a banca examinadora do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica como exigência parcial para a obtenção do grau de Especialista em Coordenação Pedagógica sob orientação da Dr^a Professora-Orientadora Edileuza Fernandes da Silva e da Professora Monitora-Orientadora Mestre Enilvia Rocha Morato Soares.

TERMO DE APROVAÇÃO
SOLANGE AMORIM OZÓRIO MELO

AVALIAÇÃO DAS APRENDIZAGENS:
ENTRE A FORMAL E A INFORMAL

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Coordenação Pedagógica pela seguinte banca examinadora:

Professora-Orientadora
Dr^a. Edileuza Fernandes da Silva–
UnB/SEEDF

Professora Monitora-Orientadora
Mestre Enilvia Rocha Morato Soares–
UnB/SEEDF

Prof^a. Mestre Vânia Leila de Castro Nogueira – UnB/SEEDF
(Examinadora externa)

Brasília, 18 de maio de 2013.

Dedico este trabalho a minha família pelo apoio dado, aos meus pais que me educaram com muito carinho e a todos os meus professores que de alguma forma influenciaram na minha formação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus em primeiro lugar, a oportunidade e a força. Agradeço também à minha Orientadora Professora Mestre Enilvia Rocha Morato Soares pelo apoio, sugestões e incentivos, essenciais a realização deste trabalho.

A educação só se concretiza como direito numa escola em que todos possam aprender e formar-se como cidadãos.

Maria Aparecida Jacomini

RESUMO

O presente estudo buscou conhecer a relação entre a avaliação informal e a formal, concebidas aqui como as notas atribuídas pelo professor aos estudantes de uma turma do 3º ano do Ensino Fundamental, na cidade do Novo Gama, estado de Goiás. Trata-se de uma pesquisa que visa conhecer as avaliações proferidas informalmente pelo professor em sala de aula e as influências desses julgamentos sobre os resultados formais dos estudantes. Para alcançar tal intento, foi usado o questionário, a observação e a análise documental do diário de classe como instrumento de coleta de dados, numa abordagem qualitativa. Constatou-se que a avaliação informal esteve presente nas práticas ocorridas em sala de aula, onde professor e alunos avaliam-se constantemente em relação às suas atitudes, valores e comportamentos, em que a nota final, acaba sendo influenciada pelos juízos construídos pela professora, seja de maneira positiva ou negativa. Embora tenham sido percebidos vestígios de um processo democrático de ensino, a influência dos julgamentos negativos em relação aos alunos constitui ainda um empecilho para que todos possam aprender, refletindo nos resultados que não pode ser considerado adequado em virtude das reprovações existentes. O estudo indicou a formação continuada do professor como um elemento que pode ser colaborador na organização do processo da avaliação da aprendizagem.

Palavras-chave

Avaliação Informal; Aprendizagem; Reprovação.

SUMÁRIO

Apresentação	9
Avaliação da Aprendizagem	11
Procedimentos Metodológicos	21
Procedimentos e Instrumentos de Levantamento de Dados	21
A Instituição de Ensino	24
Análise dos Dados Levantados em Campo	26
Avaliação Formal e Informal: relações	26
A Avaliação Informal Influenciando a Reprovação	30
Conclusão	33
Referências	36
Apêndice A	38
Ficha de Observação do Pesquisador	38
Apêndice B	39
Questionário para a Professora	39

APRESENTAÇÃO

Trabalhei como professora de turmas das séries iniciais do ensino fundamental, de 2000 até 2008, e durante todo esse período, sempre tive dúvidas sobre a maneira como estava avaliando as aprendizagens dos meus alunos. Questionava-me com frequência se os juízos informais que formulava em relação a essas crianças não interferiam, de alguma forma, nos seus resultados finais.

Como Coordenadora Pedagógica, há quatro anos, continuo incerta quanto ao modo de avaliar e sentindo a necessidade de aprofundar estudos a respeito do assunto para melhor orientar as avaliações realizadas pelos colegas que estão hoje atuando em sala de aula. É um trabalho que me parece bastante complexo, uma vez que cada professor demonstra ter uma maneira própria de avaliar. Sempre procurei não interferir muito, por considerar que o professor em sala de aula deve ter liberdade para desenvolver suas práticas em conformidade com suas concepções.

Porém, percebo por parte de alguns professores, certa incoerência ao atribuir notas muito elevadas para alunos que não evidenciam ter alcançado o desempenho esperado para o ano escolar em curso. Há ainda casos em que esses docentes conferem pontuações muito baixas a alunos cujo rendimento demonstrou ser superior à nota concedida. Merece ainda serem destacados os conflitos e dúvidas geradas em decorrência dos resultados finais, atribuídos aos estudantes e, em consequência do alto índice de reprovações em detrimento ao número de aprovações na escola.

Todas essas situações me instigaram o desejo de saber se as avaliações desses professores foram de alguma maneira, influenciadas pelos julgamentos que fazem em relação às atitudes e comportamentos dos alunos e incidiram sobre o resultado final, ou seja, sobre a aprovação ou reprovação desses estudantes. O educador estaria dando atenção a quem mais precisa ao longo do processo ou colaborando para sua exclusão deixando de dar-lhes a atenção necessária?

Por esse motivo, o presente estudo visa buscar conhecer: qual o papel ocupado pela avaliação informal na prática avaliativa desenvolvida por uma professora do 3º ano do Ensino Fundamental I, de uma escola pública na cidade do

Novo Gama – GO? Qual a relação entre essa avaliação e as notas atribuídas por essa professora aos estudantes?

Encontrar resposta a tal questionamento requer a definição do seguinte **objetivo geral**: Analisar o papel da avaliação informal na prática avaliativa de uma professora de uma turma do 3º ano do Ensino Fundamental I de uma escola pública na cidade do Novo Gama – GO, bem como a relação desse tipo de avaliação com as notas atribuídas por essa docente aos estudantes.

E dos seguintes **objetivos específicos**:

- Identificar as concepções de avaliação das aprendizagens da professora participante do estudo;
- Conhecer o modo como a professora colaboradora do estudo avalia informalmente seus alunos;
- Analisar a relação entre os juízos proferidos informalmente pela professora participante da pesquisa em relação aos seus alunos e as notas por ela atribuídas aos alunos.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação acontece de formas diversificadas e em lugares variados. Avalia-se em casa, no trabalho, nas rodas de amigos e principalmente, nas escolas. O que muda no cenário avaliativo são os objetivos e as finalidades a que se destinam. Ela é uma atividade humana de relevância, podendo ser de grande utilidade em momentos diversos da vida da pessoa. Pode ser útil ao planejamento doméstico, empresarial, escolar, e à organização de suas devidas práticas. Quando o sujeito se avalia para poder tomar decisões as chances de chegar ao resultado esperado são bem maiores, pois avaliando as possibilidades de êxito poderão ser melhores selecionadas.

Sabemos que no contexto pedagógico a avaliação é sempre um momento importante porque possui uma utilidade prática no presente ou no futuro. Experiências pessoais como aluna¹ me permitem afirmar que existem pessoas que criam bloqueios ao saberem que estão sendo avaliadas. Estando o sujeito emocionalmente abalado, provavelmente ele não terá o seu corpo em perfeito funcionamento, incluindo suas funções cognitivas, que podem estar comprometidas, impossibilitando-o, assim, de mostrar o que aprendeu.

A avaliação conduz o trabalho pedagógico. Ela indica em que direção o planejamento deve seguir. Villas Boas (2008, p.24) nos diz: “A avaliação mal praticada alia-se ao trabalho escolar desprovido de prazer e de sentido não só para alunos, mas também para professores.” A avaliação deve fazer sentido para quem avalia e para quem está sendo avaliado. O professor que prepara a verificação de aprendizagem precisa ter bem definido o que ele quer saber do aluno. Pode querer saber de coisas que o aluno aprendeu com ele, ou que já possuía, de ensinamentos anteriores.

O processo avaliativo hoje é visto por alguns estudiosos como causa do abandono de alunos da escola por sentirem-se excluídos da comunidade escolar. A

¹ Quando cursava o 1º ano do ensino médio e tinha que fazer provas orais de história: entrava em pânico só de ouvir o meu nome. Chorava muito e só depois que diminuía este estado de tensão é que eu respondia uma ou duas perguntas que o professor fazia. Passado o momento da prova, eu não conseguia nem lembrar o que o professor havia me perguntado e nem o que eu havia respondido. Ou seja, estudava, sabia o conteúdo, mas tinha pavor de ter que responder oralmente.

maneira como o aluno é envolvido na rotina da escola, incluindo o modo como ele é avaliado, faz com que ele crie vínculos com o ambiente escolar e motiva sua aprendizagem.

Na escola costumamos atribuir notas, conceitos e/ou valores com o intuito de julgar os alunos pelo que eles demonstram saber. Constitui-se uma tarefa complexa, pois há muitos aspectos a serem levados em consideração, tanto por parte do aluno quanto por quem avalia.

A avaliação na escola pode ser feita de forma direta ou indireta, uma vez que está associada a todo processo educacional. Direta, as avaliações formais. Indireta, os juízos que antecedem o processo. Ela é parte importante do desenvolvimento da aprendizagem e acontece sempre.

Há muitas maneiras de se avaliar um aluno: provas escritas, orais, objetivas, testes, auto-avaliação, dentre outras, bastante comuns na rotina de um professor em sala de aula. O desenvolvimento de cada uma delas deve considerar os objetivos a que se propõem. Sobre estes instrumentos/procedimentos avaliativos Fernandes e Freitas (2008, p. 28) nos diz que:

Se bem planejados e construídos, os instrumentos (trabalhos, provas, testes, relatórios, portfólios, memoriais, questionários etc.) têm fundamental importância para o processo de aprendizagem ainda que não devam ser usados apenas para a atribuição de notas na perspectiva de aprovação ou reprovação dos estudantes.

Os autores (idem) acrescentam ainda:

É importante ressaltar também que os resultados da aplicação dos instrumentos são provisórios e não definitivos. O que o estudante demonstrou não conhecer em um momento poderá vir a conhecer em outro.

A aprendizagem ou a demonstração dela sofre modificações de acordo com o meio e/ou com os instrumentos/procedimentos que são utilizados para verificá-la. Não podemos deixar de considerar que as análises desses instrumentos avaliativos

sofram também influência do avaliador. Portanto, o planejamento e a escolha do instrumento avaliativo devem estar bem definidos.

Vale ressaltar a importância da auto-avaliação para o crescimento do aluno e desenvolvimento da consciência crítica sobre si, além de possibilitar a ele o zelo e a participação ativa em sua aprendizagem. Vejamos o que nos diz mais uma vez Fernandes e Freitas (2008, p. 22)

...A autoavaliação torna-se uma ferramenta importante, capaz de propiciar maior responsabilidade aos estudantes acerca de seu próprio processo de aprendizagem e de construção da autonomia.

Sabemos que nosso sistema educacional já está acostumado aos métodos avaliativos classificatórios e seletivos, que direcionam a vida dos sujeitos envolvidos nessas instituições de ensino. Mas não podemos desconsiderar que nesse contexto encontram-se também processos avaliativos formais e informais conduzidos de forma positiva. Esse modo de avaliar, contrário à lógica da classificação e da exclusão, é abordado por Villas Boas (2008, p.29) ao afirmar que:

A valoração do trabalho está intimamente ligada à avaliação. Toda referência que o professor faz às produções dos alunos, oralmente e por escrito, integra o processo avaliativo. Por isso, é importante que se ressaltem aspectos positivos antes de se comentarem aqueles que ainda necessitam ser trabalhados. Mas valorizar não significa elogiar em excesso nem omitir comentários necessários: pelo contrário, significa apontar, com clareza e exatidão, os pontos fortes e os que ainda merecem atenção.

Tudo o que o aluno faz e como faz em uma sala de aula pode ser observado e levado em consideração pelo professor na hora de avaliar. É o que chamamos de avaliação informal. Esse modo de avaliar leva em conta valores e situações que auxiliarão a avaliação formal e é analisado por Villas Boas (2008, p.44) quando assente que

A avaliação informal é uma modalidade crucial no processo avaliativo porque costuma ocupar mais tempo do trabalho escolar do que a formal (provas, relatórios, exercícios diversos, produções de textos, etc.). Isso é compreensível. Quanto mais tempo o aluno passa na escola em contato com professores e outros educadores mais ele é

alvo de observações, comentários, até mesmo por meio de gestos e olhares, que podem ser encorajadores ou desencorajadores. Tudo isso compõe a avaliação informal, que se articula com a formal.

Aspectos sentimentais, como empatia, por exemplo, também estão presentes quando se avaliam execuções de tarefas em sala de aula. Esses são valores internos que durante as práticas pedagógicas podem ser desconsiderados. No entanto, não podemos esquecer que os juízos de valores reportados aos alunos, por seus educadores podem interferir no processo educacional. Muitas vezes esses julgamentos proferidos informalmente não são prontamente percebidos porque culturalmente já nos acostumamos à classificação e à seleção por meio deles e das notas, que são por eles influenciadas, como processos naturais da escola. Em se tratando de avaliação informal, Freitas (2002, p.313) comenta que:

Professores e alunos defrontam-se na sala de aula construindo representações uns dos outros. Tais representações e juízos orientam novas percepções, traçam possibilidades, estimam desenlaces, abrem ou fecham portas e, do lado do professor, afetam o próprio envolvimento deste com os alunos, terminando por interferir positiva ou negativamente com as estratégias de ensino postas em marcha na sala de aula. É aqui que se joga o sucesso ou o fracasso do aluno – nesse plano informal e não no plano formal. De fato, quando o aluno é reprovado pela nota, no plano formal, ele já tinha sido, antes, reprovado no plano informal, no nível dos juízos de valor e das representações do professor – durante o próprio processo.

Durante a formação dos docentes pouco se discute sobre avaliação, especialmente a que acontece de modo informal em suas interferências no processo ensino aprendizagem. Mas, como a violência nas escolas tem aumentado significativamente, há hoje uma necessidade de se conhecer as relações que se constroem a partir de valores construídos e de comentários e opiniões proferidos na escola, o que tem favorecido o interesse pelos julgamentos do professor relacionados ao aluno, inclusive os avaliativos.

As avaliações e leituras das imagens dos alunos feitas pelos professores, consciente ou inconscientemente, vão conduzindo estas relações e produzindo histórias de sucesso e de fracasso dependendo do que o professor percebe a respeito do desempenho do aluno. Pode-se perceber que estes conceitos

formulados informalmente contribuem para a produção de imagens do docente sobre seus alunos. Villas Boas (2007), em seu artigo *Pedagogia na Escola*, nos diz que a avaliação acontece a todo o momento, que estamos sempre julgando e fazendo apreciações. A autora complementa:

Na escola também acontece, só que nela a avaliação é intencional e sistêmica e os julgamentos que aí são feitos têm muitas consequências, algumas positivas, outras negativas. Mesmo antes de a criança chegar à escola, no momento da sua matrícula, a avaliação pode começar. Ainda não é a avaliação por meio de provas e exercícios, mas por meio das informações que mostram quem é a criança: onde mora, com quem mora, o que sua família faz etc. até o fato de a matrícula ser feita por outra pessoa que não seja o pai ou a mãe provoca algum tipo de avaliação. Muitas vezes nesse momento começa a ser construída a imagem que a criança terá enquanto estiver naquela escola. Essa é uma das consequências da avaliação que pode influenciar a maneira da criança ser tratada na escola, repercutindo em sua trajetória escolar e de vida.

A autora chama a atenção para os julgamentos feitos ao aluno e sua família, desde o ato da matrícula, caracterizando julgamento sobre o aluno, de maneira informal e demonstrando o quanto uma avaliação informal positiva pode ser significativa para a construção da imagem da criança pela escola. Mas, devemos nos preocupar com os julgamentos negativos desfavoráveis ao alunado, porque podem deixar marcas duradouras e profundas, muitas vezes difíceis de serem recuperadas. A avaliação informal pode conduzir ao rótulo passando a constituir uma verdade formal em que se acredita e se faz investimentos de condutas.

A avaliação informal pode assumir tanto aspectos positivos quanto negativos. Quando o professor percebe que seu aluno não está participando das aulas por timidez ou medo de falar com os amigos, e passa a inserir este aluno em suas tarefas como ajudante das atividades da turma, para que vá perdendo o medo e a indisposição em público, podemos dizer que houve uma avaliação informal do comportamento do aluno e uma intervenção positiva do professor solucionando o que poderia vir a ser um problema comportamental futuro do aluno. Com este exemplo podemos perceber o valor do processo avaliativo realizado informalmente. (Levando em consideração que as notas dos alunos são, em geral, atribuídas considerando o resultado obtido nas provas e em outras atividades, bem como a

observação de sua participação em sala de aula incluindo a percepção de seu interesse pelos estudos, há de se notar que a avaliação informal está de fato presente na rotina escolar permeando todo o processo pedagógico. Mesmo quando o professor considera somente a nota da prova para avaliar, sua expectativa em relação ao desempenho do aluno pode influenciar os resultados, sucesso ou fracasso escolar.

A escola constitui um espaço onde deveriam existir somente ações construtivas, éticas e desprovidas de discriminação, uma vez que se propõe a formar cidadãos capazes de atuar num país democrático que tem como princípio a igualdade do povo. Daí a preocupação com a avaliação informal. Por ser frequentemente proferida no âmbito da escola e da sala de aula, desprovida de formalidades legais, pode ocorrer inadvertidamente e causar danos muitas vezes irreparáveis aos estudantes.

No que se refere à avaliação formal, pode se considerar que constitui uma modalidade útil à educação desde que seja desenvolvida a partir de objetivos bem planejados e conduzida de forma ética.

Quando conta com a participação do aluno, o momento avaliativo pode tornar-se de grande valor. O professor deve ter o cuidado de integrá-lo e envolvê-lo em todo o processo para que as atividades utilizadas para avaliar sejam instrumentos e procedimentos que possibilitem o desenvolvimento e contribuam para o desempenho do estudante. O aluno precisa sentir-se como fazendo parte da escola, dos projetos, do que vai aprender. A esse respeito Villas Boas (2008, p.25) nos diz:

A escola é o local de trabalho do professor e do aluno. Esse trabalho resulta da interação de ambos, em sala de aula convencional e em outros espaços. Portanto, pertence a ambos, não cabendo ao professor referir-se “à minha aula”, “à minha disciplina”, “a minha prova”, “a minha turma” etc., excluindo a co-responsabilidade dos alunos. As atividades de aprendizagem realizadas pelo aluno constituem seu trabalho, que tem características diferentes daquele executado pelo professor, que para isso é remunerado. O fato de o aluno sentir-se proprietário do que ele faz o inclui na escola e nos estudos. Para que isso ocorra, ele tem de verdadeiramente participar da organização do desenvolvimento e da avaliação do trabalho: seu, da sua turma e da escola.

A autora acrescenta ainda:

É importante que o aluno possa buscar seus caminhos de aprender e de demonstrar o que e como aprendeu. Não é uma busca solitária, angustiante, sofrida e desinteressante. Seu caminhar tem a presença constante do professor, como orientador e encorajador. Não significa retirar a responsabilidade do professor e repassá-la ao aluno, mas ampliar o sentido do trabalho pedagógico, incluindo a participação do aluno.

O compromisso e a responsabilidade do educador conduzem os rumos de uma avaliação significativa para o educando. Desse modo o estudante começa a desenvolver a consciência quanto à necessidade do estudo para a construção do conhecimento próprio.

Considerando que em um processo de aprendizagem as dúvidas e o saber do aluno são pontos de partida para novas interrogações ou desafios do professor, deve-se ofertar muitas oportunidades para que ele possa expressar suas ideias, explicitar suas hipóteses estejam elas em construção, ou já elaboradas. Tais atitudes caracterizam um processo avaliativo contínuo e emancipatório.

Freitas (2012, p.17-18) nos alerta para a relação existente entre a avaliação e os objetivos internos e externos à escola, afirmando que

Deve-se levar em conta que a avaliação não incorpora apenas objetivos escolares, das matérias ensinadas, mas também objetivos ligados à função social da escola no mundo atual, os quais são incorporados na organização do trabalho pedagógico global da escola. Ao enfatizarmos a sala de aula, não devemos esquecer que ela está inserida em um ambiente maior, a escola.

E acrescenta:

A escola encarna funções sociais que adquire do contorno da sociedade na qual está inserida (exclusão, submissão – por exemplo) e encarrega os procedimentos de avaliação, em sentido amplo, de garantir o controle da consecução de tais funções – mesmo sobre o rótulo de contínua e processual.

É importante que a escola desempenhe seu papel de formadora de cidadãos capazes de cuidarem de suas necessidades a fim de aprenderem a resolver seus problemas e se inserirem de forma crítica no contexto social em que se encontra. Os

resultados formais avaliativos são importantes para a comunidade escolar perceber se está desempenhando um trabalho de qualidade.

O propósito da escola deve ser de servir a comunidade de um bem valioso: o saber. Saber se conhecer, saber se defender, saber se foi inserida no processo de ter as condições necessárias de uma vida digna e humana. Jacomini (2009, p.561) afirma que a educação só se concretiza como direito numa escola em que todos possam aprender e formar-se como cidadãos.

O aluno tem direito à educação de qualidade entendida como aquela que faz desenvolver as habilidades dos estudantes proporcionando a eles a autonomia necessária ao desenvolvimento do processo de aprender a aprender. A maneira como a avaliação estará presente no ensino de qualidade deve ser aquela que melhor atenda a esse propósito e, em consequência, às necessidades evolutivas do aluno.

Vejamos a reflexão feita por Beauchamp, Pagel, e Nascimento (2008, p.14) sobre a formação do cidadão na escola e os valores evidenciados no ato de avaliar:

Diante do ideal de construir essa sociedade, a escola, o currículo e a docência são obrigados a se indagar e tentar superar toda prática e toda cultura seletiva, excludente, segregadora e classificatória na organização do conhecimento, dos tempos e espaços, dos agrupamentos dos educandos e também na organização do convívio e do trabalho dos educadores e dos educandos. É preciso superar processos de avaliação sentenciadora que impossibilitam que crianças, adolescentes, jovens e adultos sejam respeitados em seu direito a um percurso contínuo de aprendizagem, socialização e desenvolvimento humano.

Desse modo, é possível inferir que os profissionais da educação devem estar em constante formação a fim de se atualizarem, refletindo sobre todo o processo educacional, incluindo os aspectos avaliativos, parte importante de seu trabalho pedagógico. Devem também, se inserir em condutas de valores que propicie o bem comum, que gere união, crescimento e satisfação de todo o grupo envolvido no processo educativo. A tendência é que esses profissionais terminem por abandonar práticas escolares excludentes, como por exemplo, as que conduzem à reprovação da maioria da turma por não terem reconhecidas as aprendizagens de seus

integrantes. É prudente manter-se interessado no progresso dos sujeitos que fazem as comunidades escolares como um todo e não se pratique abandonos.

O professor deve estar atento a conhecer características das habilidades formais e informais do aluno ao analisar os resultados avaliativos, a fim de evitar infrações de valores promocionais e legais que possam gerar inclusive, reprovações sem necessidade.

Hoje temos o Índice de desenvolvimento da educação básica - Ideb - que calcula o desempenho dos alunos do 5º ano e do 9º ano do ensino fundamental. O cálculo é feito a partir dos resultados da Prova Brasil nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática e da taxa de aprovação das escolas. Esse índice foi criado com o objetivo de indicar aos órgãos centrais a qualidade do ensino oferecido, possibilitando a adoção de políticas públicas que contribuam para a melhoria dessa qualidade. Sobre o Ideb é mais uma vez Villas Boas (2008, p. 18) quem afirma:

Com a criação do ideb em 2007, o combate a repetência acirrou-se. O ideb foi implantado em todo o país por meio do decreto n. 6094, de 24 de abril de 2007, que dispõe sobre o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Esse plano, denominado abreviadamente de Compromisso, segundo o artigo 1º, "(...) é a conjugação dos esforços da União, Estados, DF e Municípios, atuando em regime de colaboração, das famílias e da comunidade, em proveito da melhoria da qualidade da educação básica.

A avaliação do ideb acontece de 2 em 2 anos e o resultado é divulgado para o município, para a escola e para todo o Brasil. O problema é que muitas vezes, como já foi dito, estes resultados são usados somente para comparações, quando o correto seria usá-los para solucionar possíveis defasagens do ensino ofertado ou outros problemas de aprendizagens e até mesmo estruturais.

Legalmente a educação tem mudado sua rotina avaliativa para se adequar aos interesses sociais. Com a mudança do ensino fundamental para 9 anos, a rede pública de ensino do DF adotou o Bloco Inicial de Alfabetização – BIA - que consiste em uma proposta de organização escolar em ciclo. Nessa forma de organização o estudante progride continuamente passando do 1º ao 2º ano e deste para o 3º ano sem ser retido pelo motivo da aprendizagem.

Há algumas redes de ensino que têm adotado a promoção automática nos anos iniciais de escolarização, subtraindo a reprovação entre os anos escolares. Esse modo de organização da escola não implica necessariamente na progressão continuada das aprendizagens, que é característica da escola organizada em ciclos, e pressupõe o aumento da qualidade do ensino e o avanço constante das aprendizagens dos estudantes. Mas, o que se tem percebido é que muitos alunos inseridos nessas organizações escolares têm demorado a aprender a ler e a escrever por razões diversas, dentre elas, pela interpretação indevida do que significa a progressão contínua das aprendizagens.

Ainda há quem atribua a responsabilidade pela baixa qualidade da educação unicamente aos profissionais docentes. Porém uma análise contextual mais cuidadosa permite perceber que existem outros fatores que contribuem para o alto índice de reprovação presente hoje em nossas escolas, São, portanto, necessárias mudanças que extrapolam a atuação do professor incluindo a maneira como se avalia, não só os estudantes em sala de aula, mas o trabalho realizado na escola como um todo. Observemos o que nos diz Beauchamp, Pagel, e Nascimento (2008, p.13):

A função da escola, da docência e da pedagogia vem se ampliando, à medida que a sociedade e, sobretudo, os educandos mudam e o direito à educação se alarga, incluindo o direito ao conhecimento, às ciências, aos avanços tecnológicos e às novas tecnologias de informação. Mas também o direito à cultura, às artes, à diversidade de linguagens e formas de comunicação, aos sistemas simbólicos e ao sistema de valores que regem o convívio social, à formação como sujeitos éticos.

Ainda que tímida, as mudanças educacionais têm acontecido reformulando conceitos e modos de concretizar ações a fim de fazer do ensino um meio de desenvolver os sujeitos. Aos poucos vai se desconectando da ditadura do conhecimento, da idéia fixa, do fato consumado para uma nova releitura do que o sujeito é capaz de concretizar.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Procedimentos e Instrumentos de Levantamento de Dados

Avaliar informalmente os estudantes pode auxiliar o professor a conhecer melhor os alunos em relação às suas potencialidades, seus interesses e ao tempo que cada um necessita para desempenhar as tarefas. O ideal é que o aluno se beneficie das avaliações informais do educador para desenvolver suas habilidades cognitivas e possa, assim, obter uma educação de qualidade com igualdade de condições, ou seja, usufruir das mesmas oportunidades de sucesso escolar independente de suas diversidades educacionais e sociais.

Este estudo caracteriza-se pela abordagem qualitativa de natureza observacional que tem por objeto de estudo o processo de ensino aprendizagem em especial no que se refere à avaliação informal dos estudantes.

Trata-se de uma pesquisa que visa conhecer as avaliações proferidas informalmente pelo professor em sala de aula e as influências desses julgamentos sobre os resultados formais dos estudantes. Para alcançar tal intento, foi usado o questionário como instrumento de coleta de dados, aplicado à professora colaboradora do estudo. O questionário foi respondido pela professora da turma pesquisada, sem a intervenção direta do pesquisador.

A opção pelo questionário se justifica pela oportunidade que deu ao docente de expressar com mais tranquilidade suas opiniões em um momento mais apropriado dentro de sua rotina. Esse constituiu um fator relevante pela pouca disponibilidade de tempo destes profissionais, uma vez que se encontravam, muitas vezes, atarefados e envolvidos com suas atividades, projetos e clientela (nesse caso, estudantes em processo de alfabetização), o que demandou dedicação de grande parte de tempo deste professor. Segundo MOROZ e GIANFALDONI, (2006, p.78),

O questionário é um instrumento de coleta de dados com questões a serem respondidas por escrito sem a intervenção direta do pesquisador. Normalmente anexa-se, no início, uma folha explicando a natureza da pesquisa, sua importância e a necessidade de que o sujeito responda de forma adequada às questões.

O trabalho foi complementado com a realização de observações feitas pela pesquisadora dos trabalhos desenvolvidos em sala de aula pela professora e seus alunos.

A escolha da observação como procedimento de levantamento de informações se justificou pelo fato de que, conforme nos orienta Lüdke e André (1986), “ela possibilita um contato estreito com o fenômeno pesquisado permitindo ao observador compreender melhor o campo de estudo”.

Desse modo, por meio da observação foi possível perceber a interação existente na sala de aula entre a professora colaboradora do estudo e seus alunos, incluindo o modo como as avaliações informais proferidas pela docente motivam ou desestimulam os estudantes. A observação possibilitou compreender ainda em que medida os juízos de valor formulados pela professora colaboradora da pesquisa influenciam as notas que atribui a seus alunos. A esse respeito, Lüdke e André (1986, p. 26) nos dizem que,

Na medida em que o observador acompanha in loco as experiências diárias dos sujeitos, pode tentar apreender a sua visão de mundo, isto é, o significado que eles atribuem à realidade que os cerca e às suas próprias ações.

As observações foram realizadas em sala de aula, do início ao término das aulas, para conhecer a rotina dos trabalhos realizados e, de modo especial, a ocorrência de avaliações informais proferidas pela professora.

As observações foram anotadas em ficha específica (apêndice A) a fim de possibilitar a análise dos fatos que traduzem a prática pedagógica desenvolvida em sala de aula, seja da professora com os alunos ou destes com ela, numa relação que configura o objeto de estudo desta pesquisa.

Tendo em vista que um dos objetivos desta pesquisa foi conhecer as influências da avaliação informal sobre as notas atribuídas pela professora aos estudantes, fez-se necessário analisar o diário de classe da professora, a fim de conhecer essas notas buscando estabelecer uma relação entre esses valores e os juízos referentes aos estudantes proferidos pela professora em sala de aula.

Tanto a aplicação do questionário como a observação e a análise de documentos foram selecionados para a realização do presente estudo, considerando que todo trabalho de pesquisa deve ser realizado a partir de procedimentos que propiciem o levantamento dos dados necessários para que sejam cuidadosamente analisados, gerando assim, contribuições valiosas à área educacional.

A INSTITUIÇÃO DE ENSINO

A escola escolhida para a realização da pesquisa possui 12 turmas, sendo 2 de Educação Infantil e 10 do Ensino Fundamental I, com 2 turmas de 1º ano, 3 de 2º ano, 1 de 5º ano, 2 de 3º e 2 de 4º ano. Possui 348 alunos no total, sendo que 181 estudam no matutino e 167 no vespertino. A instituição conta com 10 professores, 6 deles trabalham em regime de 40h, e 4 deles em regime de 20h semanais. Conta ainda com uma diretora, um secretário escolar e uma coordenadora pedagógica, além de 4 funcionários de serviços gerais, 3 vigias e 3 merendeiras.

Quanto à sua estrutura física, a escola possui um pátio grande e coberto, laboratório de Informática (com 16 monitores de computador - sem internet até o momento da realização da pesquisa), uma sala de atendimento educacional especializado, uma sala dos professores, uma cantina, secretaria e direção numa sala, seis salas de aulas, área de serviços gerais de limpeza (tanque, armário, banheiro), estacionamento murado e nos fundos da escola e uma videoteca.

A escola foi inaugurada em 2007, e ainda funciona com período escolar de 4 horas de aulas diárias, que é o tempo mínimo permitido pela legislação brasileira.

O local onde está situada a escola tem como característica marcante o fato de ser considerado um “bairro dormitório”, ou seja, a maioria dos pais só vem para casa para dormir e os filhos ficam durante o dia com parentes ou sozinhos. Essa localização constitui fator relevante para a escolha desta escola para a realização do presente estudo, ou seja, por estar situada em uma área de população carente pode favorecer o estudo da avaliação informal devido as necessidades das crianças que devem ser afetivas, necessidade de acompanhamento, cognitivas, dentre outras.

Outro fator que favoreceu a opção por essa escola para a realização da pesquisa diz respeito à comunidade escolar que nela atua, pois costuma ser receptiva e acolhedora com os estagiários e pesquisadores, facilitando assim, o acesso às informações importantes ao estudo.

Quanto à opção por uma turma do 3º ano de escolarização e de sua respectiva professora para a realização do processo investigativo se explica por ser a etapa final da primeira fase do processo de alfabetização (que se inicia na

educação infantil e vai até o 3º ano) e por conter, muitas vezes, um número elevado de alunos que são retidos por não terem alcançado os padrões esperados de leitura e escrita.

A professora da turma pesquisada é formada em Pedagogia pela UnB, e já lecionava, há 4 anos em escolas de Ensino Fundamental. Na escola pesquisada ela trabalhava há 2 anos. Mostrava-se dedicada decorando sua sala de aula com motivos infantis e com cartazes espalhados pelas paredes expondo diferentes conteúdos. Demonstrando ainda ser bem dinâmica durante as aulas observadas.

ANÁLISE DOS DADOS LEVANTADOS EM CAMPO

Avaliação Formal e Informal: Relações

Os instrumentos/procedimentos utilizados para a coleta de dados, neste caso a observação, o questionário e a análise documental permitiram a análise qualitativa do objeto de pesquisa a partir das informações levantadas em campo e do arcabouço teórico que fundamentou o estudo.

Em resposta ao questionário, a professora respondeu que avaliar “é uma medida adotada pelo professor para perceber e observar o desenvolvimento integral do aluno”. Fernandes e Freitas (2008, p. 19) defendem que essa é uma percepção oriunda do senso comum e que avaliar é um processo onde não cabem valores de medida. Os autores afirmam a esse respeito que

Avaliar, para o senso comum, aparece como sinônimo de medida, de atribuição de um valor em forma de nota ou conceito. Porém, nós, professores, temos o compromisso de ir além do senso comum e não confundir avaliar com medir.

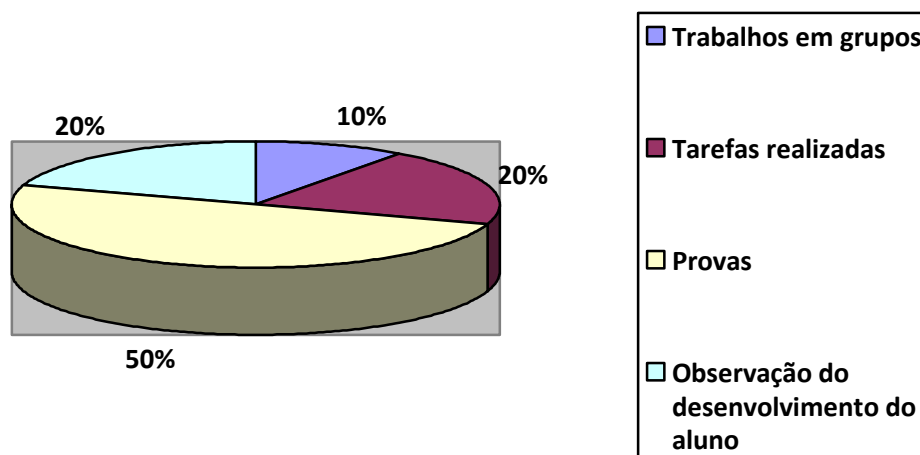
Apesar da professora ter usado o termo “medida” que, segundo Fernandes e Freitas (2008, p. 19) “reporta-se a ações presentes e passadas”, ela evidenciou, por meio de suas declarações no questionário a sua prática ao longo da investigação, que utiliza a avaliação como atividade orientadora para o futuro, o que segundo esses mesmos autores Fernandes e Freitas (2008, p. 19), indica que ela está considerando a avaliação como processo. Portanto, os dados sugerem que a professora necessita ampliar seu entendimento acerca da avaliação. Essa não é uma realidade incomum, uma vez que na formação inicial e continuada dos professores pouco se discute sobre avaliação, tanto formal como informal, utilizadas com frequência na vida escolar do aluno, para indicar a etapa de desenvolvimento em que ele se encontra, e mais especificamente para nortear as práticas dos professores em favor do progresso das aprendizagens dos alunos. Villas Boas (2001, p. 12) confirma esse pressuposto afirmando que:

...Livros de Didática, geralmente apresentam o tema “avaliação escolar” em capítulo próprio e como um dos últimos que compõem a obra. Esse é comumente o tratamento recebido pela avaliação em livros e programas de ensino: o último ou um dos últimos itens. Na maioria das vezes, o último tema de uma disciplina ou curso não chega a ser discutido, ou é de maneira abreviada, por falta de tempo.

Quanto aos procedimentos/instrumentos avaliativos utilizados pela educadora foi possível perceber que ela utiliza pouca variação de instrumentos formais: provas, trabalhos em grupo e a realização das tarefas apresentadas. Para avaliar o desenvolvimento do aluno como um todo, a docente declarou que utiliza também informações advindas de avaliações informais realizadas cotidianamente e, assim, chega aos resultados finais.

O gráfico abaixo ilustra os dados levantados em relação aos instrumentos e procedimentos utilizados pela referida professora para avaliar seus alunos:

1. Gráfico dos procedimentos/instrumentos avaliativos



Há muitas maneiras de se avaliar um aluno: provas escritas, orais, objetivas, testes, auto-avaliação, dentre outras, bastante comuns na rotina do professor em sala de aula. O uso de cada um desses instrumentos e procedimentos deve considerar os objetivos a que se propõem. Sobre estes instrumentos/procedimentos avaliativos Fernandes e Freitas (2008, p. 28) nos dizem que:

Se bem planejados e construídos, os instrumentos (trabalhos, provas, testes, relatórios, portfólios, memoriais, questionários etc.) têm fundamental importância para o processo de aprendizagem ainda que não devam ser usados apenas para a atribuição de notas na perspectiva de aprovação ou reprovação dos estudantes.

A análise do gráfico possibilita perceber que a professora utilizava quatro instrumentos avaliativos formais e atribuía “maior valor às provas realizadas bimestralmente, 50% do valor total, ficando 20% para as tarefas realizadas, 20% para as observações e 10% para os trabalhos em grupo”, conforme ela mesma relatou. As provas eram feitas em dias estabelecidos no calendário escolar do município, onde o aluno tinha três dias para a realização de provas distribuídas entre as matérias obrigatórias no Ensino Fundamental I. As avaliações eram elaboradas pela professora e os conteúdos eram abordados interdisciplinarmente envolvendo duas ou três matérias para serem aplicadas em cada dia o que, conforme a professora declarou, “facilitam a aplicação e o entendimento do aluno”. Os valores atribuídos às provas eram somados com as notas dos trabalhos em grupo, das tarefas realizadas, e das observações feitas referentes ao desenvolvimento do aluno. Quando o aluno não conseguia obter média 5 no bimestre ele tinha mais três dias para fazer a recuperação das notas dessas matérias.

Mesmo considerando que a professora privilegiava a nota obtida na prova, foi possível notar que, na composição das notas, eram consideradas as observações do desenvolvimento evidenciado pelo aluno, procedimento que gera informações coletadas de modo informal pela professora. Nesse caso, a educadora demonstrou manter uma postura avaliativa, procurando fazer intervenções de ajuda e encorajamento aos estudantes, assim como adotando atitudes de acompanhamento do que havia ou não sido aprendido pelos estudantes. Isso então confirma que são avaliados os conhecimentos adquiridos pelos estudantes durante seu processo de aprendizagem como parte formal e seus valores e atitudes como parte informal.

Esses instrumentos/procedimentos avaliativos, adotados pela professora participante do estudo, foram informados por ela mesma que acrescentou que eles eram utilizados e/ou desenvolvidos “durante as aulas, quando é o momento ideal de perceber o aluno em todos os aspectos”. Fernandes e Freitas (2008, p. 25) afirmam a esse respeito que

Na sala de aula, boa parte das atividades que vão sendo realizadas tende a gerar juízos de valor por parte de professores e estudantes. Não é apenas uma situação de prova que os juízos se desenvolvem tendo por base as respostas dadas pelos estudantes. No dia-a-dia da sala de aula, há uma intensa relação entre professores e estudantes que propicia o contínuo emergir de juízos de valor que são expressos em observações e comentários públicos sobre o desempenho acadêmico sobre o comportamento em sala, sobre os valores e atitudes – tanto de professores como de estudantes.

Na turma pesquisada, os comentários públicos tanto por parte da professora como dos alunos ressaltavam valores positivos uma vez que eles aparentavam ter uma boa relação pela maneira como se tratavam, pelo respeito e carinho demonstrado e pela motivação evidenciada pela professora durante os trabalhos realizados. A professora costumava motivar os estudantes por meio de elogios demonstrando acreditar em suas capacidades, e os alunos a tratavam com respeito e apressado.

A Avaliação Informal Influenciando a Reprovação

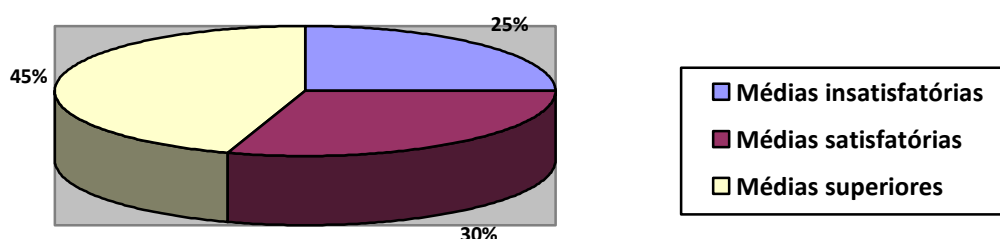
Por meio da análise do diário de classe, documento analisado neste estudo, as notas foram arredondadas pela professora, e segundo ela, esse arredondamento foi feito “levando em consideração dados informais como: participação nas atividades propostas, comportamento e desenvolvimento cognitivo”. Vejamos o que nos diz Villas Boas (2001, p. 11) sobre “arredondamento de notas”:

A avaliação informal dá grande flexibilidade de julgamento ao professor, devendo ser praticada com responsabilidade. Um dos exemplos disso é o costumeiro “arredondamento de notas”, que consiste em o professor aumentá-las ou diminuí-las segundo critérios por ele definido e nem sempre explicados. Além disso, esses critérios costumam ser diferentes para cada aluno. Esse arredondamento é feito com base nessa modalidade de avaliação. Quando é feito para aumentar a nota, os argumentos usados costumam ser: o aluno é organizado, freqüente, bonzinho, faz os deveres de casa. Por outro lado, o arredondamento é feito, também, para diminuir a nota, usando-se justificativas do seguinte tipo: o aluno é desobediente, conversador, não faz as atividades, chega atrasado, é preguiçoso. São argumentos vindos da avaliação informal.

De acordo com o que foi pesquisado e observado, a professora usou da avaliação informal para interferir nos resultados dos alunos adequando-os segundo suas percepções acerca de cada aluno.

Observemos o gráfico relativo às notas analisadas no diário de classe da turma em estudo.

2. Gráfico das notas do diário de classe



Mesmo com o trabalho desenvolvido pela educadora que incluía o uso de atividades voltadas para a realidade da turma, a elaboração de planejamentos direcionados às demandas dos alunos, a organização de momentos lúdicos e a adoção de algumas atitudes de incentivo aos estudantes, foi constatado que a turma obteve elevado índice de reprovação totalizando 25% da turma. Esse quadro evidencia-se ainda mais preocupante se considerarmos que 30% dos aprovados conseguiram alcançar médias satisfatórias e apenas 45% da turma conseguiram alcançar médias superiores, o que quantifica menos da metade da quantidade dos alunos.

Mesmo sendo “o índice de reprovação menor da escola, se comparado com os das outras turmas” como declarou a professora, o contexto analisado indica a necessidade de intervenções junto aos estudantes para que sejam atendidos em suas necessidades específicas de aprendizagem e, em consequência, baixar os índices de reprovação. Podemos citar a auto-avaliação como uma das intervenções cabíveis ao grupo. E de acordo com Villas Boas (2008, p. 55),

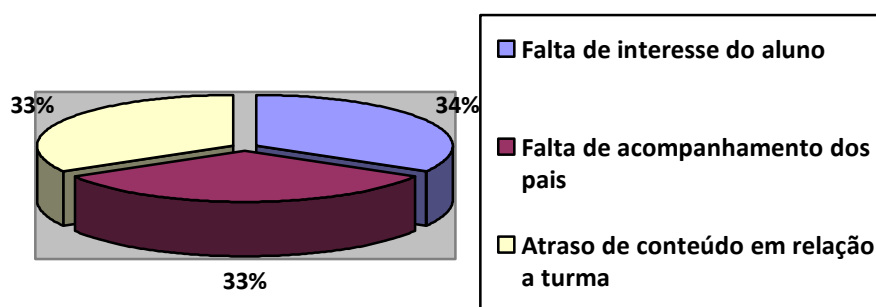
Antes de tudo, há que se entender a auto-avaliação como uma manifestação de nós mesmos acerca de nossas dificuldades e opiniões em vários aspectos da vida. Um sujeito que se dá tal oportunidade tende a ser mais seguro de si, pois tem maior consciência de onde veio e onde pretende chegar, não por meio de um processo “mecânico” de pensamento, mas por um diálogo consigo mesmo que permite um verdadeiro aprendizado: aprender para a vida, pelo simples prazer de aprender, independentemente das expectativas de terceiros e das demandas da sociedade.

O instrumento avaliativo da auto-avaliação pode proporcionar aos alunos a visão de si mesmo de que precisará cuidar do seu crescimento escolar e conseqüentemente chegar a aprovação desejada.

No questionário utilizado na pesquisa, a professora afirmou que “a maioria dos alunos é interessada em aprender o que é ensinado, e aqueles que não são interessados são os que têm grandes chances de chegar a uma reprovação, inclusive por não terem o acompanhamento e o incentivo dos pais nas tarefas da escola”.

O gráfico a seguir apresenta os dados referentes aos índices de reprovação dos alunos e os motivos apresentados pela professora como justificativa para a sua ocorrência:

3. Gráfico dos Indicativos de Reprovação



Os motivos apontados pela professora como causa da reprovação foram: o déficit de conteúdo da turma (33%), a falta de acompanhamento dos pais (33%), e a falta de interesse do aluno (34%). O déficit de conteúdo pelo aluno indica que ele está chegando a série/ano sem as aprendizagens suficientes para o ano letivo em curso, ou seja, deveria saber mais. Todos estes motivos de reprovação da turma aqui citados pela professora remetem ao que está expresso na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9394/96 em seu artigo 2º, dos princípios e fins da Educação Nacional, onde a educação é dever do Estado aqui representado pela escola, e pela família. Assim, escola e família devem se unir em prol da educação da criança. No entanto, é preciso considerar as diferentes realidades dos estudantes referentes ao contexto familiar de cada um deles. Muitos estudantes não possuem um lar, cuja estrutura possibilite a eles o apoio e o acompanhamento dos estudos. Nesse sentido, Carvalho (2000, p. 151) ressalta que:

A missão da escola democrática é precisamente compensar o peso desigual das condições familiares, impedindo que estas repercutam sobre as condições de aprendizagem e, principalmente, sobre a avaliação dos alunos.

Responsabilizar os alunos e suas famílias pelos insucessos escolares não tem sido uma prática incomum no âmbito das escolas e constitui parte dos juízos de valores construídos por parte significativa dos professores. VILLAS BOAS (2008, p. 45) aborda o assunto afirmando que “quando o aluno é reprovado pela nota, ele já havia sido reprovado no processo do plano informal, no nível dos juízos de valor”. Isso indica que a reprovação dos estudantes começa bem antes da atribuição das notas pelo professor e que a responsabilidade por esse insucesso é da escola. Jacomini (2009, p.561) nos diz que:

O aluno que “não quer aprender”, “não tem acompanhamento dos pais” ou “tem dificuldade para aprender” tem tanto direito de cursar com qualidade o ensino fundamental quanto àquele que reúne todos esses requisitos, e isso é responsabilidade da escola. Por isso, é fundamental que esta, no âmbito de sua atuação ofereça boas condições de ensino para que esse aluno queira e possa aprender.

Para o cumprimento do direito do aluno ao saber escolar, é preciso que ele se sinta como fazendo parte da escola, dos projetos, do que vai aprender. A esse respeito Villas Boas (2008, p.25) nos diz:

É importante que o aluno possa buscar seus caminhos de aprender e de demonstrar o que e como aprendeu. Não é uma busca solitária, angustiante, sofrida e desinteressante. Seu caminhar tem a presença constante do professor, como orientador e encorajador. Não significa retirar a responsabilidade do professor e repassá-la ao aluno, mas ampliar o sentido do trabalho pedagógico, incluindo a participação do aluno.

Nesse sentido, vale destacar a importância do papel do professor na condução do processo educativo, a fim de promover as aprendizagens dos estudantes e, conseqüentemente, diminuir as reprovações. A reprovação constitui-se em prejuízo para todos: e mais especificamente, para o aluno e para o grupo escolar que busca obter resultados positivos, apesar do trabalho desenvolvido com a turma pela professora em estudo, ainda não foi suficiente para alcançar a todos os alunos, reprovando alguns deles por não adquirirem o desenvolvimento cognitivo esperado para a série/ano em estudo.

CONCLUSÃO

O presente estudo buscou verificar, por meio de uma abordagem qualitativa, o papel da avaliação informal e sua relação com as notas obtidas pelos estudantes. Constatou-se que a avaliação informal esteve presente a todo o momento nas práticas diárias ocorridas em sala de aula, onde professor e alunos avaliavam-se constantemente em relação a suas atitudes, valores e comportamentos. Desse modo, a nota final, considerada aqui como avaliação formal dos estudantes, acabou sendo influenciada pelos juízos construídos pela professora, seja de maneira positiva ou negativa, mas sempre a partir da imagem formulada do outro no âmbito da instituição escolar.

Sabe-se que no contexto escolar a avaliação tem a função de diagnosticar, orientar, acompanhar e direcionar as ações no sentido de favorecer o processo ensino aprendizagem e, portanto, indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino emancipador do sujeito.

Nota-se que nos últimos anos os órgãos centrais tem se ocupado em adotar medidas no sentido de alcançar índices mais baixos de reprovação ou mesmo a extinção dela. Neste primeiro momento não se espera conquistar a extinção da reprovação do contexto educacional, mas que se chegue a dados menos alarmantes, pois todos os estudantes têm direito ao acesso e à permanência na escola, o que configura um direito adquirido com vistas à formação plena do cidadão.

Ao abordar as concepções avaliativas formais e informais que fazem parte do contexto escolar, foi possível verificar que o processo avaliativo desenvolvido na escola em estudo evidenciou-se em suas duas formas, ou seja, formal e informal. Percebeu-se ainda uma articulação entre essas duas modalidades. Essa afirmativa está baseada no fato de que a professora utilizava juízos de valores e interpretações rotineiras acerca do desenvolvimento dos alunos para planejar seu trabalho ou para compor as notas formais, e, em consequência, as ações interventivas necessárias à promoção das aprendizagens dos estudantes. Embora tenha sido percebidos vestígios de um processo democrático de ensino, a influência dos julgamentos negativos formulados pela professora em relação aos alunos constituiu ainda um

empecílho para que todos pudessem aprender, refletindo em um resultado que não pôde ser considerado adequado em virtude da grande quantidade de reprovações existentes.

Portanto, é possível inferir que os profissionais da educação devem estar em constante formação refletindo sobre todo o processo educacional, aprofundando conhecimentos, incluindo a avaliação informal que realizam em sala de aula, pois, é ele o responsável pela construção e condução de um trabalho que poderá resultar em êxito ou fracasso dos estudantes, costumeiramente expressos por meio da aprovação ou reprovação escolar, a fim de minimizar esses possíveis impactos negativos da avaliação informal com a avaliação formal de seus alunos.

REFERÊNCIAS

ANDRE, Marli. **Pesquisa em Educação: Buscando rigor e qualidade.** Porto Alegre. UFRGS. 2000.

BEAUCHAMP, Jeanete; PAGEL, Sandra Denise; NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro; Fernandes, Claudia de Oliveira; FREITAS, Luiz Carlos de Freitas. **Indagações sobre Currículo. Currículo e Avaliação.** Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Brasília. 2008.

BOURDIEU, P. & PASSERON, J. C. (1975). **A reprodução.** Rio de Janeiro: Francisco Alves.

CHUEIRI, Mary Stela Ferreira. **Estudos em Avaliação educacional: Concepções sobre Avaliação Escolar.** Janeiro/abril. 2008.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. **Relações entre família e escola e suas implicações de gênero.** Cadernos de Pesquisa, São Paulo-SP, nº 10, p. 3-155, jul. 2000.

Diretrizes de Avaliação do Processo de Ensino e de Aprendizagem para a Educação Básica, SEDF, 2008. Disponível em: http://www.se.df.gov.br/wp-content/uploads/pdf_se/publicacoes/diretrizes_avaliacao.pdf. Acesso em: 30/10/2012.

FREITAS, L. Carlos; SORDI, Maria Regina Lemes; MALAVASI, Maria Márcia Sigríst; FREITAS, Helena Costa Lopes. **Avaliação Educacional – Caminhando pela Contramão.** 4ª edição. Editora Vozes. Petrópolis. RJ. 2012.

FREITAS, L. C. **Qualidade negociada – Avaliação e contrarregulação na escola pública.** Educação & sociedade, vol. 26, n. 92 p. 911-933. Campinas. 2005

FREITAS, Luiz Carlos. **A internalização da Exclusão.** p.299-325. Campinas. Setembro/2002. Artigo disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>.

FERNANDES, Claudia de Oliveira; FREITAS, Luiz Carlos de. **Currículo e avaliação. Indagações sobre currículo.** MEC, Secretaria de Educação Básica. Brasília. 2008.

JACOMINI, Márcia Aparecida. **Educação e Pesquisa: Educar sem reprovar: um desafio de uma escola para todos.** São Paulo, v.35, n.3, p.557-572, set/dez. 2009.

LIMA, Elvira Souza; **Indagações sobre o currículo. Currículo e desenvolvimento humano.** MEC, Secretaria de Educação Básica, 2008.

LUDKE, Menga & ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

MARCON, Marina de Andrade & LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2000.

MOROZ, Melania; GIANFALDONI, Mônica Helena T. A. **O processo de pesquisa: iniciação.** Brasília-DF: Líber Livro Editora, 2006.

SILVA, Tomaz Tadeu da (2001, apud SCHMIDT, Elizabeth Silveira. **Curriculum: uma abordagem conceitual e histórica.** Universidade Estadual de Ponta Grossa. 2003.)

SCHMIDT, Elizabeth Silveira. **Curriculum: uma abordagem conceitual e histórica.** p. 60-69. UEPG. Ponta Grossa. 2003.

THURLER, Monica Gother. **A eficácia das escolas não se mede: ela se constrói, negocia-se, pratica-se e se vive.** Paris/Bruchelles: De Broeck,1994. p.203-224.

VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. **Virando a escola do avesso por meio da avaliação.** Papyrus Editora. Campinas. SP. 2008.

VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. **Pedagogia – A Avaliação na Escola.** UnB. Brasília. 2007.

VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. **Avaliação Formativa e Formação dos Professores: ainda um desafio. Linhas Críticas.** Revista Semestral. Faculdade de Educação. UnB. Brasília. 2001.

APÊNDICE A

Ficha de Observação do Pesquisador

Horário de entrada 8:00h Horário de saída 12:00h

Comportamentos apresentados	Sim	Não	Observações
Houve acolhida na chegada dos estudantes preparada pela professora			
A professora demonstra afeto pelas crianças			
As crianças demonstram afeto pela professora			
A professora utiliza expressões coercivas para impor organização e conclusão dos trabalhos			
A professora responde questionamentos de maneira apropriada			
A professora apresenta o roteiro da aula antes de iniciá-la			
A professora debate com os alunos os temas apresentados			
A professora faz atendimentos individuais aos mais atrasados			
A professora encoraja a turma a tentar de novo diante dos erros			
A professora utiliza prova escrita para avaliar os estudantes			
A professora intervém adequadamente mediante os conflitos apresentados pelos alunos			
A professora desenvolve práticas auto-avaliativas			
A professora mostra-se atenta as necessidades dos alunos mesmos aos que não solicitam ajuda			
Observação:			

APÊNDICE B

Questionário para a Professora

Esse questionário faz parte de uma pesquisa desenvolvida no Curso de Pós-Graduação em Coordenação Pedagógica da Universidade de Brasília, e a sua colaboração é muito importante. O objetivo da pesquisa consiste em conhecer o papel ocupado pela avaliação informal nas práticas avaliativas desenvolvidas pelo professor.

Sabemos que por se tratar de uma pesquisa, não existem respostas certas ou erradas. O importante é a sua opinião sincera. Portanto, não é necessário se identificar, e suas respostas serão mantidas em sigilo.

Desde já agradeço a sua colaboração.

1. Quantidade de alunos freqüentes:
2. O que você entende por avaliação?
3. Como você avalia seus alunos?
 - () Provas escritas
 - () Provas orais
 - () Testes
 - () Trabalhos individuais
 - () Trabalhos em grupo
 - () Tarefas realizadaOutros:
4. Quando acontecem essas avaliações?
5. Os alunos costumam demonstrar interesse em aprender?
6. Em sua opinião, quais os principais motivos que contribuem para a reprovação?
7. Como costuma atender os alunos que apresentam necessidades específicas de aprendizagem?
8. Que tipo de comentários você costuma proferir em relação aos seus alunos?